



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA N.º 1/2006**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO  
DE 2006: -----**

---- Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Manuel Ferreira Inocência, Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata.-----

---- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

---- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Gabriel Miranda Pinho e Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

---- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

---- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** -----

---- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Setembro de 2005. Inscrito para as rectificações das actas, interveio o Sr. Pedro Nunes para referir que na página 3 onde se lia “cuja área deverá ser inferior a 50%”, devia ler-se “cuja área não deverá ser inferior a 50%.” Interveio igualmente o Sr. Narciso Patrão para referir que na página 13 onde se lia “foi contra quem pôs a Casa da Guarda e a Casa das Urnas abaixo, porque se ela existisse até podia ser adaptada para outra coisa; que, assim não é a melhor forma de resolver as coisas, na sua opinião tem que ser conservado e melhorado aquilo que está feito,” devia ler-se “não foi contra quem pôs a Casa da Guarda e a Casa das Urnas abaixo, porque os fins eram diferentes. Se elas existissem, até poderiam ser adaptadas para outras coisas? Que, assim não é a melhor forma de resolver as coisas, na sua opinião tem que ser conservado e melhorado aquilo que está feito e para que foi feito.” Passou-se à aprovação da acta, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 4 abstenções.-----

---- **LEITURA DO EXPEDIENTE:** -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, em primeiro lugar para saudar todos os presentes e de seguida apresentou um pedido de desculpa pelo facto de alguns documentos terem sido enviados fora do prazo estipulado no regimento; que, no regimento anterior o prazo de entrega



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

dos documentos, podia ser até dois dias e os serviços tinham tido em consideração este prazo e não o prazo do novo regimento que tinha passado para oito dias; que, seriam feitos todos os possíveis para que daqui em diante sejam cumpridos todos os prazos estipulados no novo regimento. Informou que tinha recebido ofício de 2 de Janeiro de 2006, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, comunicando que tinha sido eleito Presidente do Conselho de Administração da Associação Incubadora Beira Atlântico Parque (AIBAP), sem qualquer remuneração; que, a Associação é uma Associação de direito privado, não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das funções conforme o previsto no artigo 79.º do Dec-Lei 179/2005 de 2 de Novembro; que, era de Lei comunicar e informar a Assembleia da assunção de funções, nos termos da regulamentação, e por este motivo tinha recebido a referida carta do Sr. Presidente da Câmara. Recebeu também uma carta com data de 14 de Novembro de 2005, vinda da Organização Mundial de Saúde, do seu Conselheiro Regional chamado Xavier Bonnefoy, tratava-se do agradecimento pela hospitalidade de uma visita que tinha sido feita ao Concelho pela arquitecta Cláudia Weigert e por ele próprio, relativamente à iniciativa cujo objectivo era fazer o levantamento das condições de saúde habitacionais do Concelho; que, tinha sido um momento que se devia salientar e realçar porque, podia trazer ganhos efectivos em consequência, da análise, do estudo que fosse feito. Do Sr. Deputado Municipal Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos tinha recebido uma comunicação a dizer que não iria estar presente na reunião por se encontrar ausente no estrangeiro e que não podia ter deixado de referir que lhe tinha sido impossível um estudo atempado e tão profundo o quanto desejado dos assuntos em agenda, com a importância que lhes reconhecia, com a documentação a ser entregue tão tardiamente, como foi o caso, não considerando por isso que ter acesso à documentação



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

a menos de 48 horas da reunião seja um prazo razoável para a sua análise. Na sequência da comunicação feita pelo Sr. Deputado, o Sr. Presidente da Assembleia apresentou, mais uma vez, um pedido de desculpas com a promessa de que seria feito todo o possível para que não se volte a repetir. Recebeu ainda um convite, emitido a 22 de Fevereiro de 2006, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, assinada pelo presidente da direcção Carlos Moreira Camarinha e pelo comandante Vítor Ribeiro Pontinha, para a tomada de posse do comande Manuel Evangelista Pereira de Almeida, no dia 5 de Março de 2006, a partir das onze horas e trinta minutos, tendo sido este dirigido a todos os Srs. Deputados Municipais; que, a corporação dos Bombeiros Voluntários de Mira merece todo o carinho e certamente que a presença dos eleitos deste Concelho teria muito significado. Ainda um cartão de Boas Festas, que já tinha recebido mas que lhe tinha escapado o anúncio, do Presidente da Assembleia Municipal da Lousã, desejando Feliz Ano Novo e Feliz Natal. -----

---- Usou da palavra o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia Municipal Eng.º Calisto de Oliveira Coquim para dizer que, relativamente ao Regimento da Assembleia tinha sido determinado que, para efeitos de entrada em vigor iria ser publicado num jornal local, pensando que, a publicação em Diário da República seria mais morosa, como tal não tinha acontecido, a publicação foi feita em Diário da República de 13 de Fevereiro, no apêndice n.º14, II série, n.º 31, passando a ser aplicado a partir desta data e que tinham sido enviadas cópias a todos os Srs. Deputados. No tocante às actas em atraso pediu, em nome da Mesa e da Câmara, desculpas por não terem sido apresentadas todas as actas das últimas Assembleias; que, já tinham sido assinadas em minuta e como tal o funcionamento dos órgãos resguardados; que, a justificação para tal sucedimento devia-se à falta de funcionários que pudessem dar apoio à execução das mesmas,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente a chefe de divisão tinha ido embora e o trabalho teve que ser repartido fazendo com que tivesse havido alguma dificuldade para conseguir ter as actas actualizadas; que, será feito todo o esforço para que, sejam aprovadas na próxima reunião, todas as actas em atraso. Foi feito também um pedido ao Sr. Presidente da Assembleia para que fosse incluído um novo ponto na ordem de trabalhos. -----

---- Interveio novamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para dizer que tinha havido um pedido, de um representante da Assembleia Municipal, para o conselho consultivo do Hospital Arcebispo Crisóstomo e à semelhança do ponto 8, solicitou à Assembleia para que se pronunciasse sobre a inclusão do referido ponto na ordem de trabalhos como ponto 10; que, como não tinham havido oposições por parte dos Srs. Deputados, tinha ficado incluído na ordem de trabalhos, tendo a todos sido, de imediato, distribuídas cópias da documentação relativa ao assunto em questão. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que no seguimento da entrega dos documentos, o pedido de desculpas em nome da bancada, tinha sido aceite, tendo em conta a explicação. Em relação às tomadas de posição da Câmara, em Reunião de Câmara que deveriam ser enviados também os extractos da acta da Reunião de Câmara porque, por exemplo, tinha havido dois casos em que existiram abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata com declaração de voto e que tinham ficado sem saber o sentido de voto dos Vereadores bem como, posições defendidas pelo executivo; que, para um maior estudo dos processos e dos assuntos em causa era de toda a utilidade que fosse anexada também a acta ou extracto da mesma relativo aos assuntos em causa. -----

---- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Milheirão que começou por referir que a empresa Carlos Gil, estabelecida na Praia de Mira, tinha feito alguns trabalhos para a Câmara Municipal, encomendados pelo anterior executivo, e que tanto quanto tinha sido informado, os referidos trabalhos tinham sido feitos sem contrato, apenas com contrato verbal; que, a empresa para além do fornecimento da mão-de-obra, tinha fornecido também materiais para alguns dos espaços que tinham sido arrançados pela mesma; que, gostaria de saber, por parte do executivo, se a Câmara pretende resolver a situação ou se a empresa teria de ir com a Câmara para Tribunal. Sugeriu que o executivo camarário juntamente com os Vereadores da oposição dessem solução ao referido caso, de uma maneira airosa, para que fosse evitada a queda de mais uma empresa que estava em vias de falir, por falta de pagamento da Câmara. Relativamente ao Pavilhão Multiusos que estava previsto para a Barra, cujo projecto tinha sido concluído e aprovado mas que por estarem em período de gestão corrente não pode avançar, disse que gostaria de saber se o executivo tinha intenções de avançar com o projecto uma vez que, na sua opinião, seria uma mais valia para a freguesia da Praia, nomeadamente, para a povoação da Barra. No tocante ao Mercado Velho, na Praia de Mira, que tem estado como parque de estacionamento dos “palheirinhos” sugeriu que estes ficassem no armazém da Câmara ou no Parque de Campismo Municipal quando não estivessem a ser utilizados e que fossem lá criadas condições, enquanto não houver outro local mais apropriado, para os jovens jogarem futebol. Disse ainda que, tinha feito uma pesquisa mas que não tinha encontrado nada que proibisse as motas de água na Barrinha e que gostaria que a Câmara o esclarecesse sobre o assunto. Para terminar disse que tinha sido mandatado pelo Presidente da Direcção do Centro Cultural da Praia de Mira para questionar o executivo se iria ser feito algum protocolo uma vez que o Centro Cultural não tinha



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nada definido e que, na sua opinião, seria bom que fosse feito um protocolo de utilização. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Nunes que começou por dar os parabéns ao executivo e elogiar a forma como decorreu a Feira dos Grelos e a Gândara e Planta, contudo não deixou de dizer que, como residente na Freguesia da Praia de Mira, a transferência da feira para Mira teria que ser colmatada com outra actividade para a freguesia; que, tinha lamentado o facto de não terem estado presentes todos os eleitos na inauguração porque tinham sido eleitos, pelo povo de Mira, deviam estar presentes em todas as actividades do tipo. Uma palavra, em particular, para o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que ao ter convocado os cinco grupos de folclore do Concelho se mostraram à altura de reviver o que era uma feira. Lamentou que tenha levado uma semana, de segunda a sexta-feira, sempre identificado como membro da Assembleia, para falar com o novo executivo e que só na sexta-feira, da mesma semana, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego lhe tinha atendido o telefone e que tinha conseguido marcar uma reunião; que, era muito tempo para que, um membro da Assembleia conseguisse falar com o executivo. Relativamente ao Pavilhão Multiusos disse que tinha sido um projecto executado, gratuitamente, por um técnico do Concelho que, não tinha conhecimento de muita oferta de projectos para utilização comum; que, se tratava de uma área de 300 m<sup>2</sup> a implantar na zona junto às escolas da Barra, já com um estudo prévio de requalificação daquela zona, o concurso tinha sido aberto, a empresa tinha sido escolhida e o custo da obra não chegava aos cem mil euros; que, gostaria de saber, a razão pela qual, o novo executivo ainda não tinha dado seguimento à referida obra. --

---- Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Prof.<sup>a</sup> Ana Baião para confirmar se tinha sido feito um furo na Lagoa para captação de água e se a água tinha apresentado boa



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

qualidade; que, questionava o executivo porque tinha sido afirmado na Assembleia que não existia água de boa qualidade no concelho e que a única água boa para consumo seria a do sul, que vinha das Amieiras. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota para, em primeiro lugar, responder às questões que tinham sido colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão. Relativamente à empresa Carlos Gil disse que a Câmara Municipal não tinha qualquer tipo de documento em sua posse; que, os trabalhos que tinham sido executados na freguesia da Praia de Mira, pela empresa, andavam na casa dos quarenta mil euros e que tinha sido feito por encomenda verbal de alguém relacionado com o anterior executivo; que, as informações jurídicas que tinham indicado que o processo tinha sido violado na sua íntegra uma vez que, não tinha existido concurso, não tinha havido ajuste directo e as facturas que agora existiam eram segundas vias uma vez que as originais tinham desaparecido. Acreditava que de facto a empresa estivesse com dificuldades mas que não era apenas uma questão de sensibilidade mas de legalidade que tinha que ser ultrapassada com a ajuda de todos e com uma análise mais aprofundada; que, tinha pensado levar a questão à Assembleia Municipal para ser analisada em conjunto porque, na sua opinião, quando se tratava de assuntos relativos ao Concelho que, muitas vezes ultrapassavam o executivo, que era o caso, a Assembleia tinha o papel de aconselhar a Câmara na resolução dos problemas difíceis. No tocante à Gândara e Planta ter vindo para Mira disse ter compreendido a posição do Sr. Presidente da Junta mas que a Praia de Mira não ficaria prejudicada; que, estavam a ser programadas e planificadas questões nomeadamente a Feira do Livro, Festa do Peixe etc., para a Freguesia; que, na sua opinião a Gândara e Planta estava um pouco em decréscimo, por este motivo tinha sido feita a mudança que, como todos verificaram,





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tinha sido um sucesso. Quanto ao Protocolo do Centro Cultural da Praia de Mira, disse concordava que tinham que ser estabelecidas regras e haver uma maior coordenação com a Câmara Municipal. Na questão das Motas de Água disse que aquilo que tinha verificado por exemplo que tinha sido publicado, num jornal, uma notícia a criticar as Motas de Água na Barrinha e tinha um abaixo-assinado de elementos da Praia de Mira contra aquilo que consideram ser a “podridão da Barrinha”; que, eram questões que tinham que ser comunicadas a quem de direito, merecendo uma discussão alargada com o Clube Náutico, com o Ambiente, com a Junta de Freguesia e com todas as entidades envolventes. Relativamente ao antigo Mercado disse que os espaços na Praia de Mira não são assim tantos como isso e por este motivo não se pode continuar a desperdiçar espaços como aquele contudo, no Orçamento e no Plano para 2006 não tinha sido possível contemplar tudo aquilo que tinham desejado e isto aplicava-se também à questão do Polivalente da Barra que tinha sido colocada pelo Sr. Deputado Pedro Nunes; não deixando de louvar todos aqueles que oferecem coisas ao Município e que, de uma forma gratuita, davam o seu esforço mas que, tiveram que ser estabelecidas prioridades. Relativamente à questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Prof.<sup>a</sup> Ana Baião disse que era um assunto relacionado com as Águas de Portugal que, seria debatido numa das próximas sessões da Assembleia e que já tinha sido abordado na última Reunião de Executivo; que, depois de ter estudado o processo, juntamente com os Srs. Vereadores e com os Técnicos da Câmara, tinha ficado a saber que o Município deve cerca de cento e cinquenta mil euros às Águas do Mondego; que, a Câmara neste momento estava sufocada com todas as instituições e associações que diariamente apresentavam as suas dívidas, as Águas do Mondego era apenas mais uma; que, tinha tido uma reunião com as Águas de Portugal e que tinha ficado a saber que não existe



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nenhuma obra neste Concelho, que o Concelho de Cantanhede tinha saído das Águas de Portugal e que neste momento via o Concelho de Mira isolado neste processo; que, com o Concelho de Cantanhede fora deste processo tornava-se mais difícil as Águas do Mondego chegarem a Mira e se chegassem, como a Câmara era accionista, até lá teria de suportar todos os custos que daí advêm; que, não tinha ficado muito bem impressionado com o processo, com as informações e elementos a que tinha tido acesso, em que por exemplo, a taxa paga por os munícipes seria a duplicar ou mesmo a triplicar. Embora compreenda que em determinadas circunstâncias se tenha tentado resolver o problema por este caminho que, com o furo na Lagoa tinham sido abertas novas perspectivas, era um furo de cerca de 400m que estava a dar bons resultados e que as informações que tinha tido acerca da qualidade da água eram óptimas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para questionar o executivo sobre o ponto de situação do Intermarché; que, tendo sido um investimento de três milhões e meio de euros, com criação directa de quarenta postos de trabalho mais dez por via indirecta com as lojas que existem dentro, gostaria de saber concretamente o que se passava para ainda não ter aberto uma vez que a sua abertura já estava agendada para o ano passado. Não quis deixar de realçar a obra que tinha sido realizada na Praia de Mira relativa ao melhoramento da estrada florestal junto ao Miroásis e ao Clube Náutico que, independentemente das cores políticas, era importante dar seguimento às obras. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que tinha lido no “Jornal da Gândara” e no jornal “Voz de Mira” um anúncio feito pelo Sr. Presidente da Câmara em que dizia que tinha ido a Lisboa por causa da A17; que, já em 2001 tinha feito uma intervenção, na Câmara Municipal, onde tinha questionado o Sr.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente relativamente à variante a Mira e à qual ele tinha respondido que com a construção da Auto-estrada o problema da variante ficaria resolvido; que, a variante à antiga EN 109, tinha estado prevista para 2000 e não tinha sido feita; que, no mesmo ano o Plano Rodoviário tinha alterado a designação de EN 109 para IC1 e no ano seguinte tinham sido anunciadas as Auto-estradas Mira – Mangualde e Mira – Marinha Grande; que, perante o que tinha sido dito, pelo Sr. Primeiro-Ministro, relativamente ao interesse das scuts passarem a Auto-Estradas ou vice-versa questionava o Sr. Presidente da Câmara se entende que a ex-Variante, anunciada durante muito tempo, ficava resolvida com a A17 a pagar. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Paulo Grego que começou por felicitar o executivo pela realização do evento Gândara e Planta em conjunto com a Feira dos Grelos; que, a junção tinha sido positiva pelo feedback que tinha existido e por aquilo que tinha sido dito pela comunicação social. Que com apenas 100 dias de mandato deste executivo, já se podia verificar algumas diferenças; que, as questões para resolver eram muitas e muito complexas mas com os contactos que tinham existido com o poder central que, por aquilo que sabia tinha sido muito reduzido no antigo executivo, estavam, neste momento, a tentar ser resolvidas. Como habitante de Portomar disse que estava contente por ter verificado que estavam a ser feitas algumas obras e intervenções que melhoravam a qualidade de vida dos habitantes, como exemplo a rua da Lagoinha, em Portomar, que há dois anos estava com as bases de saneamento 30 cm acima do asfalto e com apenas trabalho de dois ou três dias o problema tinha sido resolvido deixando as pessoas que ali moravam satisfeitas; que, outro exemplo era o Largo da Feira, apesar deste problema ser mais grave, já tinham sido verificados alguns melhoramentos. Relativamente à forma como o executivo lidou com os subsídios



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

referentes às associações disse que tinha verificado uma grande diferença em relação ao anterior executivo uma vez que, não tinham sido quebrados protocolos assinados. Para terminar e resumindo a sua intervenção disse que tem assistido a mais trabalho, com melhor qualidade e com um tratamento diferente pela positiva. Agradeceu ainda ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira pelo trabalho que tinha feito na limpeza das valetas e das sarjetas, que tinha sido um trabalho útil pela oportunidade e também porque aquelas ruas estavam esquecidas desde que tinham sido destruídas as valetas e as serventias das casas, numa obra que, tinha sido iniciada e nunca tinha sido acabada, pelo anterior executivo. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Nunes relativamente ao tempo que tinha estado para conseguir falar com alguém do executivo, pedindo desculpas por tal acontecimento mas que de facto tinha coincido com a semana em que tinha ido dois dias para Lisboa; que, não pretende que tal situação voltasse a suceder tendo ainda prometido que de futuro iria, junto dos serviços, do seu gabinete e dos Srs. Vereadores tentar corrigir a situação. Relativamente à questão que tinha sido levantada pelo Sr. Deputado Dr. Juan António no tocante à estrada florestal disse que tinha sido uma questão de necessidade e não de continuidade; que, devido a um saneamento que tinha sido necessário fazer junto ao Clube Náutico a obra tinha demorado mais tempo que o desejado. Na questão do Intermarché disse que todos queriam que, uma superfície como aquela, implantada em Mira, feita, realizada e concluída, abrisse ao público, mas que não lhe podiam pedir para assinar questões que não estavam correctas; que, tem sido feito um grande esforço no sentido de informar as pessoas e de legalizar tudo aquilo que seja possível legalizar uma vez que, se tinham deparado com inúmeras ilegalidades



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente problemas de construções de muros, o edifício com 23% da sua área fora da zona urbana, o pedido de alterações ainda não tinha sido aprovado porque não estava bem instruído e porque ainda não tinha chegado os pareceres das entidades exteriores competentes etc.; que, tinham sido feitas reuniões com a Expansol e estava a ser feito todo o esforço possível no sentido de solucionar o problema e de o legalizar. No tocante à intervenção do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego agradeceu e disse ainda que as Juntas de Freguesias, sem meios e com poucas condições, têm realizado um trabalho excelente junto das populações, procurando ultrapassar as dificuldades louvando assim todos os Srs. Presidentes das Juntas de freguesias do Concelho. Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Cravo Roxo disse que lhe tinham sido colocadas questões de há quatro anos e que não iria partir desses pressupostos que, tinha lutado muito para que a rede viária do Concelho fosse uma realidade. No tocante às portagens disse que, sempre que possível tem pressionado o governo para que as variantes sejam feitas, para que a A17 comece de Mira para Sul, para que se dê início à segunda fase da variante etc., -----

---- Usou da palavra novamente a Sr.<sup>a</sup> Deputada Prof.<sup>a</sup> Ana Baião para dizer que tinha sentido algum desconforto relativamente ao assunto das Águas de Portugal porque tinha sido das poucas pessoas da sua bancada que tinha votado favoravelmente; que, tinha votado tendo em conta o quadro que tinha sido traçado, de ausência de água de boa qualidade no Concelho mas que, perante o presente cenário, gostaria de saber quem era a entidade responsável pela pesquisa das águas de boa qualidade no Concelho e fora dele. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que, ainda relativamente à questão que tinha colocado na sua última intervenção sobre o



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Intermarché, tinha ficado sem perceber se tinha havido um erro do promotor, do anterior executivo ou dos serviços técnicos. -----

---- Usou da palavra Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não lhe tinha respondido à questão colocada anteriormente e por este motivo voltava a questionar se a A17 era Variante a Mira ou não. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que relativamente à questão levantada novamente pelo Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo não podia responder uma vez que não tinha compreendido a sua pergunta. Quanto à questão das águas de Portugal pediu ao Sr. Eng.º Rui Silva que ajudasse a esclarecer a Sr.ª Deputada. -----

---- Interveio o Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, que começou por explicar o funcionamento do sistema de abastecimento de água no Concelho dizendo que existiam duas origens da água que entrava para o sistema completo. Uma, são as captações da Lagoa que, no verão, era necessário pôr a funcionar a captação que existia na Aboreira para ajudar o abastecimento de água e a outra era a água comprada a Cantanhede, à empresa Inova. Basicamente eram estas as duas origens da água que era distribuída pelo Concelho. Em relação à água que tinha sido captada na Lagoa, tem sido água superficial captada por filtros a 10 ou 15 m de profundidade mas que há pouco tempo tinha sido feito um furo a 380 m de profundidade, do qual tinha resultado água de muito melhor qualidade, sem o ferro e o manganês que era tradicional; que, estava a funcionar há dois meses e por este motivo ainda existiam poucas análises da água mas já tinha sido verificado que todas as análises efectuadas tinham dado boa qualidade. -----

---- Interveio novamente a Sr.ª Deputada Prof.ª Ana Baião para dizer que tinha concluído que os responsáveis pelos furos são os serviços técnicos da Câmara e para



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

questionar o executivo o motivo pelo qual o furo que estava a dar água de boa qualidade não tinha sido feito antes da adesão às águas de Portugal. -----

---- Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Paula Oliveira, Chefe da DPGU, para no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário esclarecer que o processo do Intermarché tinha sido suspenso e que no início de Janeiro lhe tinha sido dada ordem para reanalisar as alterações que tinham dado entrada em Abril de 2005; que, enquanto reanalisava o processo tinha reparado em vários problemas do processo inicial, daquele que tinha já sido aprovado, tais como uma parte da implantação encontrava-se fora do espaço urbano, cerca de 23%, em espaço salva-guarda estrita, não RAN, existiam uns muros, no canto superior direito que, estavam em RAN e não estavam autorizados pela mesma, embora estivessem pela Câmara; que, tinha sido feito um esforço para tentar resolver os dois problemas, nomeadamente, tinha sido pedido um parecer à Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira sobre o qual, já tinha recebido informação que já estaria feito e que em relação ao muro tinha sido entregue um parecer da CRRABL à Expansol a autorizá-los e que para além disto faltavam também alguns documentos que já tinham sido entregues; que, estava praticamente tudo pronto para ser aprovado. Depois de ter sido aprovado, o requerente terá de pedir a licença de utilização, seguidamente será marcada a vistoria, com prazo mínimo de 15 dias, segundo a Lei 12/2004 da DGE. -----

---- Interveio novamente o Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário para dizer que muitas vezes para além do poder político existia também o poder técnico; que, todas as decisões passavam por pareceres técnicos e que muitas vezes os serviços técnicos nem sempre tinham estado à altura das decisões; que, o poder político muitas vezes tomava decisões baseadas em pressupostos e em fundamentos técnicos dos serviços da Câmara; que, era necessário acautelar as situações técnicas que, como Deputado Municipal, tinha



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tido acesso a alguns documentos que não revelou mas que o tinham deixado um pouco triste porque muitas vezes eram imputadas culpas a pessoas que nada tinham a ver com o caso. -----

---- Interveio o Dr. Raul de Almeida para dizer que no período antes da ordem do dia tinha que haver alguma flexibilidade, sem se cair em exageros, as pessoas inscritas deviam ter o direito de falar para que todos pudessem dar a sua opinião. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Prof. Doutor Fernando Regateiro para dizer que não queria ser impertinente mas que simplesmente gostaria de gerir com algum equilíbrio a Assembleia e fazer valer o conteúdo do regimento; que, se fossem distribuídos 3 minutos a cada Deputado, se todos estivessem inscritos os 60 minutos eram esgotados e como o Sr. Presidente tinha 5 minutos, por cada interrogação, daria aproximadamente 3 horas para o período antes da ordem do dia; que, se deve ser flexível apenas quando os temas assim o justificarem. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão para referir que os trabalhos executados pela empresa Carlos Gil, não tinham tido lugar só na Freguesia da Praia mas também na Lentisqueira e na Lagoa. Para terminar questionou o gabinete técnico se tinha tido conhecimento dos trabalhos efectuados pela referida empresa. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Monteiro para dizer que não tinha ficado esclarecido com a resposta que o Sr. Eng.º Rui Silva tinha dado sobre a questão que tinha sido colocada pela sua colega Prof.ª Ana Baião; que, o que queriam saber era de quem tinha sido a responsabilidade pela informação dada ao executivo relativamente à má qualidade da água no Concelho o que tinha levado a adesão às águas de Portugal e que tinha transmitido, ainda ao anterior executivo, que tinha sido feito, na Maçarico, um furo em que a água encontrada tinha sido de boa qualidade. Para terminar disse que







**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

questionado o anterior executivo relativamente a este assunto e que lhe tinha sido respondido que era um regime florestal que não podia ser mexido mas que afinal que foi mexido, foi rápido e que a obra já estava feita; que, desde a descida da Praia, junto ao Posto de Turismo, até ao fim dos dois Parques de Campismo também era necessário uma intervenção do mesmo tipo e ainda relativamente à EN 109, na parte Norte do Concelho, disse que era necessário um reasfaltamento porque se encontrava perigosa. Questionou ainda o executivo sobre o que estava a ser feito ou o que pensava fazer na limpeza das matas; que, se aproximava mais um verão, quente e seco, que as matas estavam sujas, nomeadamente, a parte Sul dos Parques de Campismo, por ser uma zona que no verão continha um grande número de pessoas. Para terminar disse que tem lido nos jornais que o executivo tem estado com mais contactos, com o Governo Central, que o anterior mas que gostaria de saber mais concretamente quais os assuntos que têm estado a tentar resolver. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota para em primeiro lugar dizer que concordava no fundamental com aquilo que o Sr. Dr. Juan António tinha dito; que, era necessário resolver os problemas mas que a sua postura não era nem nunca seria culpabilizar técnicos mas sim de que as questões tinham que ser assumidas pelos políticos; que, todos os técnicos da Câmara e concretamente, na questão da Expansol, a Eng.<sup>a</sup> Paula Oliveira tinha estado a fazer tudo aquilo que era possível para resolver a questão. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que não existiam quaisquer documentos na Câmara, que não sabia que as obras tinham sido feitas noutras localidades para além da Freguesia da Praia de Mira e segundo informações do Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe das Obras Municipais, o gabinete técnico e ele próprio, como chefe da DOM, não tinham tido conhecimento das obras



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

efectuadas pela empresa Carlos Gil. No tocante à questão levantada pelo Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que era uma questão do antigo executivo e que por este motivo não sabia quem tinha sido entidade que tinha dado a informação, à Câmara Municipal, sobre a adesão às águas do Mondego pedindo assim a ajuda do Chefe da DOM para que a questão pudesse ficar esclarecida. -----

---- Interveio o Sr. Eng.º Rui Silva para dizer que a responsabilidade pelas captações de água tinha sido da Câmara Municipal, dos Serviços Técnicos, dos Gestores e dos Políticos apesar de ser vigiado por Organizações Nacionais e que a adesão às Águas do Mondego tinha sido uma decisão política. -----

---- Usou novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para na sequência das intervenções anteriores dizer que tinha encarado a intervenção do Sr. Deputado João Nogueira com muita simpatia; que, para além do Homem que era, trabalhou no Parque de Campismo de uma forma digna, como todos sabiam e continuava a viver, com muita dedicação, as questões da Praia de Mira e do Concelho; que, a Divisão Sócio Cultural, ligada ao Turismo tinha estado a fazer um levantamento relativamente ao Parque de Campismo para que fossem resolvidas questões como a que o Sr. Deputado mencionou. À questão colocado pelo Sr. Deputado Paulo Reigota respondeu que têm estado em contacto com as instituições Florestais, estava muito desiludido pelo atraso de limpezas nas matas, que já deveriam estar a ser feitas, mas que esperava que houvesse uma resposta urgente do Governo, através das instituições, relativamente a este assunto; que, tem sido uma preocupação constante, junto do Governo e do Sr. Primeiro Ministro, para resolver a questão assim como as questões dos planos de urbanização da Praia, de Mira, a questão da Barrinha, da A17, da Variante à Praia, da EN 109 etc. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para ainda relativamente à questão das Águas de Portugal questionar, se na altura em que tinham aderido às Águas de Portugal existiam condições, em Mira, água com qualidade e quantidade suficiente para fornecer o Concelho, sem ter havido necessidade de ter aderido às Águas de Portugal. Contudo, não deixou de referir que, na altura em que tinha sido feita a adesão, estavam perante um cenário de seca e de falta de qualidade de água e que tinha de ser feita alguma coisa perante tal cenário. -----

---- Interveio Sr. Presidente da Câmara para dizer que a questão referida pelo Sr. Deputado Dr. Raul é prioritária e muito importante, que até compreende, em determinada perspectiva, as pessoas que estiveram anteriormente e que tiveram de tomar decisões para a resolver mas que, o que estava em causa neste momento era verificar as vantagens e desvantagens que a adesão tinha trazido para o Município e a veracidade com que as propostas tinham sido trazidas à Assembleia Municipal e ao Executivo; que, o que tinha sido dito e que tinha levado à adesão não era verdade, nomeadamente que as taxas ficariam mais baixas para os cidadãos de Mira. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que não tinha ficado esclarecido relativamente à questão da água e que tinham sido enganados quando tinham aprovado o regimento; que provavelmente tinham pensado ir buscar água a Cantanhede, uma vez que Cantanhede saiu da adesão, vão ter que ir mais longe, vão ter que ser feitas mais obras, mais condutas o que implicará taxas mais elevadas. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para no seguimento do assunto que tinha sido colocado pelo Sr. Deputado Carlos Monteiro, dizer que na altura da adesão às Águas de Portugal tinha dito que Mira não necessitava das Águas do Mondego mas que, o que tinha de ser feito era explorar a água existente no Concelho; que, sabia que a água



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

vinda de fora iria ficar mais cara, que existia água de boa qualidade apenas tinha que ser explorada, o que tinha vindo a ser provado com o furo que tinha sido feito recentemente na Lagoa; que, agora a única coisa a fazer era aceitar e todos em conjunto colaborar para encontrar a melhor maneira de resolver a questão, sem estar a imputar culpas.-----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para em primeiro lugar apresentar um pedido de desculpas por ter chegado atrasado à sessão e por este motivo alguma das suas questões podiam não ter cabimento. Que relativamente ao assunto que estava em cima da mesa era a segunda vez que tinha vindo à Assembleia e que na altura as decisões tinham sido tomadas com base naquilo que tinham que, mal ou bem, tinha de ter sido tomada uma decisão; que, gostaria de saber qual o preço que teriam de pagar se a água fosse explorada pelo Município, qual o preço do m<sup>3</sup>, durante quanto tempo era possível assegurar a água de qualidade se saíssem da adesão, se saíssem e quisessem voltar a entrar, se teriam algum custo. No tocante à Incubadora disse que era de louvar o facto de ter havido uma empresa que tinha sido distinguida com um prémio a nível Nacional mas que gostaria de saber o que é que o Sr. Presidente tem feito concretamente para que as empresas não se deslocassem para outro local. Relativamente a duas comissões de análise que já tinham sido faladas na Assembleia de Novembro, disse que gostaria de saber qual o desenvolvimento das comissões e se já tinham algum relatório que pudessem apresentar. Relativamente às obras do Centro Cultural de Mira, Parque Desportivo e Obras da Presa disse que gostaria de saber qual a estratégia do executivo; que, sabiam aquilo que o anterior executivo queria fazer mas que não se sabe aquilo que o Sr. Presidente quer fazer actualmente; que, apenas sabe que as obras estavam paradas. Que tinha visto com satisfação, o facto de uma obra de saneamento na Presa, na ordem dos 16.000,00€ ter ido ou irá ainda a concurso público e que gostaria de saber em quê



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

que consistia a obra. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara se considerava a A17 alternativa a variante a Mira. Para terminar a sua intervenção disse que no dia 28 de Outubro de 2005 o Sr. Ministro das Obras Públicas, Teixeira dos Santos, tinha dito que não haveria portagens enquanto não existirem alternativas às vias, no caso concreto seria a variante; que, em 5 de Novembro de 2005 o Sr. Primeiro Ministro tinha dito que as auto-estradas scut's se mantinham sem portagens enquanto as regiões, por elas servidas, não tivessem atingido índices de desenvolvimento iguais à Média Nacional; que, certamente nas reuniões que o Sr. Presidente da Câmara tem tido com o Sr. Primeiro Ministro o terá questionado se iriam ou não pagar auto-estrada. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Eng.º Calisto Coquim para dizer que a Variante Norte era uma via de acesso rápido à Praia de Mira enquanto a variante do Centro de Mira não fosse feita; que, gostaria de saber, uma vez que a Variante Norte estava orçamentada e planeada para o ano de 2006, qual o ponto de situação e em questões de segurança quais os planos, uma vez que a referida Variante iria ser atravessada por caminhos de utilização agrícola e por uma estrada que ligava ao colégio de Calvão. ----

---- Usou da palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputados Isabel Cristina Jorge para dizer que o período antes da ordem do dia não tem sido mais que um “show-off “ e que não tinham sido eleitos para isso; que, de um lado estavam os bons e do outro estavam os maus e que cada vez que o executivo mudava, mudavam também os bons e os maus. Relativamente às vezes que o actual executivo já tinha estado reunido com o poder central em comparação com o anterior executivo disse que se tratava apenas de uma questão de Markting: que, provavelmente as vezes que o anterior executivo se tinha reunido com o poder central não tinha saído nos jornais e relativamente ao actual executivo estava a sair; que, não deixava de ser uma questão politica. No tocante às melhorias no Largo da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Feira disse que tinha a congratular o facto de alguém ter feito alguma coisa por Portomar e que esse alguém tinha sido o anterior executivo. Quanto ao agradecimento à Junta de Freguesia disse que a Junta de Freguesia anterior também tinha intervindo em Portomar e que se não o tivesse feito e se o povo não tivesse gostado, não tinha tido esse reflexo nas últimas eleições. Para terminar sugeriu que todos lessem o artigo do Sr. Paulo Gabriel onde era sugerida a continuidade daquilo que era feito; que era para continuar e fazer o melhor por Mira. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara e reportando-se à última intervenção, que não se revia no “show-off” que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se tinha referido. Quanto à questão do marketing disse que tinha estado a trabalhar, e muito, para corrigir os muitos erros que receberam e que herdaram. No tocante ao Largo da Feira disse que aquilo não era uma obra, mas sim uma trapalhada; que, convidava uma vez mais os Srs. Jornalistas a irem ao Largo da Feira de Portomar, ao Mercado de Mira, ao buraco do Centro Cultural para verem realmente o que lá existia. No tocante ao artigo que tinha sido referido, do Sr. Paulo Gabriel, cidadão de Mira que o Sr. Presidente muito prezava, disse que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Jorge só lhe tinha feito alusão porque lhe tinha interessado; que, era um triste artigo que iria dar muito que falar e que certamente iria ter resposta na questão onde tinha sido abordado um vereador do executivo. Nas questões que tinham sido levantadas pelo Sr. Deputado Eng.º Coquim e pelo Sr. Deputado Filipe Barreto relativamente à variante disse que houveram problemas com alguns terrenos, de longa data, mas que estavam praticamente todos resolvidos; que, com a intercepção de todos os caminhos que iriam para Calvão a variante seria muito movimentada uma vez que passaria a ser o acesso ao litoral e que teriam de ser feitas obras alternativas para a ligação directa que existe a Calvão uma vez que se tornava perigoso para as pessoas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

vindas do Seixo; que, finalmente a variante estava em bom caminho e que as obras seriam para começar brevemente. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Filipe Barreto disse que as dúvidas tinham sido apenas do Sr. Deputado que, tem a certeza, perante as questões técnicas dos dados relativos aos custos da água. Que se o Sr. Presidente da Assembleia o permitisse, o Sr. Eng.º Rui Silva explicaria uma vez mais a questão dos números. Na questão do Pólo II e da Videira Norte disse que existia uma comissão interna, constituída pelo Presidente da Câmara, pelos Srs. Vereadores os pelos Chefes de Divisão da Câmara Municipal, que estavam a fazer todos os possíveis para que fosse encontrada uma solução. Na questão da Incubadora disse que estavam a fazer aquilo que já deveria ter sido feito; que, perante tal problema a primeira atitude que tinha tomado tinha sido assumir a presidência da AIBAP e procurar os aspectos positivos da questão; que, se tinha deparado com problemas tais como: a não existência de saneamento e a não aquisição de terrenos; que, as grandes preocupações continuavam a ser as preocupações de base e não propriamente as de cativar postos de trabalho e riqueza para Mira. A questão do Centro Cultural resumia-se a particulares, com as casas partidas e pátios destruídos constantemente a apresentar queixas na Câmara, os empreiteiros a dizer que não tinham sido acauteladas as questões de trabalhos a mais, não existia financiamento, não respeitava índices etc.; que algumas obras que o anterior executivo tinha deixado pendentes eram difíceis de resolver mas que existiam outras que estavam a ser aproveitadas, nomeadamente, o Parque da Presa; que, estavam a tentar mudar a casa mortuária e continuar com o projecto que vinha do anterior executivo, embora tivesse outras ideias para aquele espaço. Quanto ao saneamento da Presa disse que esperava, até ao verão, ter o problema resolvido e depois





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

fazer a ligação à ETAR compacta. Ainda relativamente à questão da água disse que o Concelho não tinha tantas condutas de fibrocimento como tinha sido dito. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que, uma vez que não tinha ficado esclarecido voltava a questionar o Sr. Presidente sobre qual o preço para manter a mesma qualidade da água; durante quanto tempo os estudos indicavam que iria haver água de boa qualidade em Mira; se saíssem e quisessem, mais tarde, voltar a entrar, se isso traria alguns custos. Que não tinha duvidado do Sr. Presidente juntamente com os seus técnicos estivessem a trabalhar; que, era uma pessoa de bem e de trabalho e que não duvidava disso mas que, aquilo que realmente queria saber era que trabalho estava a ser desenvolvido. Por último disse que já tinha sido ali colocada a mesma questão três vezes e que, se o Sr. Presidente desta vez não respondesse, iria entender como não querendo responder à questão: que, gostaria de saber se o Sr. Presidente entendia que a A17 era uma alternativa à variante do Concelho que estava prevista desde os anos 70. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Prof. Doutor Fernando Regateiro para dizer que, com todo o poder discricionário que a mesa tinha, o que se tinha estado a passar na Assembleia não era direito de resposta mas sim, insistir nas mesmas perguntas às quais o executivo não tinha respondido; que, o executivo tinha o direito de seleccionar as respostas que queria dar e, à Assembleia competia simplesmente contestar e dizer que não tinha respondido e não voltar a insistir nas mesmas perguntas porque isto não era direito de resposta. -----

---- Interveio novamente a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Jorge para dizer que, na sua última intervenção, quando tinha falado no “show off” não tinha sido concretamente para o Sr. Presidente mas para todos os presentes na Assembleia. Que relativamente ao artigo que



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tinha sido publicado no jornal “Voz de Mira” em 16 de Fevereiro de 2006, cujo título era “ Poder Local – O Futuro será aquilo que nós quisermos” não tinha visto onde tinha sido atacado algum Vereador; que, não passava de um artigo de opinião do Sr. Paulo Gabriel e que tinha sido só a este artigo que se tinha referido. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que o artigo a que se tinha referido era um artigo do seu caro amigo Paulo Gabriel que, tinha aproveitado para desenvolver uns escritos do Sr. Vereador João Carlos Rua. No tocante às questões da rede viária do Concelho disse que tem sido um das preocupações diárias do executivo e que iriam continuar, junto do governo, a lutar para que fossem resolvidas. Na questão que lhe tinha sido colocada quanto aos números e às taxas das Águas do Mondego disse que era um assunto demasiado sério para ser debatido num período antes da ordem do dia e como tal viria a uma próxima Assembleia, devidamente estudado e fundamentado para que todos pudessem ficar esclarecidos e para que possam ser tomadas medidas. ---

---- Eram dezoito horas quando se deu inicio a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às dezoito horas e vinte minutos. -----

---- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**-----

---- **PONTO UM: “ PONTO UM: “ Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”:**-----

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara Dr. Manuel Martins interveio para pedir desculpas em nome do Sr. Presidente da Câmara que, por motivos de saúde tinha tido necessidade de se ausentar. Relativamente a este primeiro ponto o Sr. Vice-Presidente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

pediu à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Morais, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, para que desse uma breve explicação. -----

---- Usou da Palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Morais para, relativamente à situação financeira da autarquia, dizer que a informação que tinha sido distribuída estava bastante clara; que a situação financeira da Autarquia era resumida em dois pontos em que o primeiro ponto era dado pela Execução Orçamental e o segundo pelo Resumo Diário de Tesouraria e Endividamento e que os valores constantes da informação relevavam dos documentos contabilísticos à data de 17 de Fevereiro de 2006. Explicou que as taxas de execução do orçamento da Despesa tinham sido de 4% e a da Receita de 5%; que, era normal que as taxas de execução tivessem sido baixas uma vez que se estava apenas no mês de Fevereiro; que, as taxas de execução eram dadas apenas pelos montantes arrecadados, no caso da receita, ou pelos montantes pagos, no caso da despesa. Relativamente ao resumo Diário de Tesouraria e Endividamento disse que tinham sido dados pelo valor dos saldos das disponibilidades (tesouraria e bancos), as operações orçamentais e as operações de tesouraria que diziam respeito às verbas que tinham sido arrecadadas pela Câmara para entrega a terceiros. No tocante à questão do saldo orçamental consignado disse que já era do conhecimento de todos uma vez que já tinha sido explicado noutras informações e noutras Assembleias. Relativamente ao endividamento a longo prazo disse que ainda não tinha havido qualquer tipo de amortização no ano de 2006 e por este motivo o valor cifrava-se em 4.833.598,09€ e o endividamento a curto prazo em 2.936.010,52€, que, o valor em dívida tinha sido dado, exclusivamente, pelo diferencial entre o montante facturado e o montante pago mas que, ainda não tinha sido feita a transição da totalidade da dívida do orçamento anterior, por não ter havido dotações orçamentais que o permitissem e também por causa das dívidas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

das expropriações da variante 1.ª Fase, que só após a aprovação das contas é que poderia ser considerado a incorporação do saldo consignado e a transição dos compromissos. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que no relatório que lhes tinha sido apresentado, na Divisão de Obras Municipais, páginas 3 e 4, lhe tinham surgido duas questões: no tocante ao ponto “Ampliação e Remodelação da Escola Básica n.º 1 da Barra” disse que, gostaria de saber se já existia algum avanço relativamente ao edifício Multiusos porque, uma vez que se trata da mesma zona de intervenção, pensa que seria benéfico tanto para a população como para o município. No tocante ao ponto “projecto das oficinas e armazéns da Câmara Municipal de Mira” disse que gostaria de saber onde estavam a pensar implementar o referido projecto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Figueiredo Apolinário para enaltecer o facto da Divisão de Obras Municipais ter conseguido entregar o relatório com alguma antecedência, coisa que não era habitual. Tendo em conta ainda o estudo que tinha sido feito, questionou se era prática comum a Câmara reparar as máquinas das Juntas de Freguesia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Cravo Roxo para dizer que no relatório, na parte de gabinete de estudos e projectos existia um ponto a mencionar o projecto de oficinas e armazéns da Câmara Municipal de Mira; que, no anterior executivo tinha sido feita a compra do edifício da Cooperativa e que os armazéns seriam para as oficinas e armazéns da Câmara Municipal e como tal gostaria de saber concretamente do que se trata ou se eventualmente o referido projecto seria um dos projectos que o Sr. Presidente tinha anunciado na sua candidatura. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Dr. Manuel Martins para dizer que o local onde se encontravam actualmente as oficinas não era digno para os funcionários dos armazéns e os restantes funcionários ligados às obras; que, relativamente às oficinas serem localizadas no antigo armazém da Câmara disse que não seria o melhor sítio por eventuais problemas técnicos e que tinham tido conhecimento de um terreno perto das Aboreiras onde poderia ser construído um edifício de raiz.-----

---- Usou da palavra o Sr. Vereador da Câmara Municipal Dr. Miguel Grego para, relativamente à questão que tinha sido colocada pelo Sr. Deputado Pedro Nunes, dizer que no seguimento da reunião onde tinha sido abordada a questão, tinha sido referido que havia uma tentativa de conciliar o edifício Multiusos da Barra, já projectado, com o que estava a ser feito para a remodelação das Escolas 1.º Ciclo e Jardim de Infância da Barra de Mira; que, o que lhes tinha sido dito foi a possibilidade da Direcção Regional de Educação o aprovar, no entanto o projecto de execução da escola e do jardim de infância estava a seguir, o que não inviabiliza a outra solução, bastava apenas ter uma resposta positiva, por escrito, da DREC para autorizar a junção dos dois edifícios; que, neste momento a remodelação da Barra estava em andamento porque tinham tido notícias de que, inevitavelmente, a Barra Norte teria de fechar, tendo assim de ser criadas, com urgência, condições na Barra para o jardim de infância e o 1.º ciclo, contudo disse que, não deixava de estar em aberto a possibilidade da junção; que, só poderia dizer mais alguma coisa depois de ter uma resposta, por escrito, por parte da DREC, a autorizar ou não o referido processo. No tocante ao assunto das futuras oficinas da Câmara Municipal disse que oportunamente viria à Assembleia; que, o local já estava escolhido, já tinham sido aprovados os projectos pelo executivo e que era um



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

local fora da reserva agrícola e ecológica, mas em espaço de salvaguarda estrita e que teria de ser declarado o interesse Municipal pela Assembleia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão para, relativamente à questão que tinha sido colocada pelo seu colega Dr. Juan Apolinário, dizer que, por vezes pequenas reparações nas máquinas das Juntas já tinham sido feitas nas oficinas da Câmara, como exemplo a mudança de um pirilampo etc., mas que quando se tratava de grandes reparações já não eram lá feitas. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário para dizer que a questão tinha sido feita de uma forma intencional mas sem maldade; que, tinha sido apenas para salvaguardar os interesses e para saber se de facto existia a colaboração que foi demonstrado que existia. -----

---- **PONTO DOIS: “ Aprovação, nos termos do disposto na alínea b), do nº. 2, do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 1ª. Revisão Orçamental e a 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.” -----**

---- O Sr. Presidente da Câmara, entretanto de volta à sessão, interveio para dizer que as revisões a que se refere o ponto dois prendiam-se com algumas adaptações e que estavam bem explicadas. Relativamente às diminuições disse que estavam relacionadas com alguma contenção e rigor que era necessário e com uma questão que estava a ser analisada com as Juntas de Freguesia, na base das delegações de competências. No tocante aos reforços de Despesas de Capital disse que se justificavam com compromissos vindos de anos anteriores como era o caso da Casa da Música. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- **PONTO TRÊS: “ Aprovação do programa e caderno de encargos da hasta pública, tendente à alienação, em regime de propriedade plena, de terreno destinado à construção do Campo de Golfe, estruturas de apoio e empreendimentos turísticos associados, em cumprimento do previsto na alínea i, do nº. 2, do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----**

---- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que existia necessidade, a vários níveis, de avançar com o Campo de Golfe; que, já tinha atravessado vários executivos e por diferentes motivos ainda não tinha chegado a bom porto. Disse que as alterações relativamente à anterior Hasta Pública tinham sido feitas tendo em conta as opções deste executivo e que depois de um estudo que tinha sido feito foi verificado que haveria necessidade de baixar a base de licitação, passando a ser de 2.500.000.00€ com o objectivo também de captar mais investidores; que, tinha havido um elemento da oposição que tinha questionado se a hasta pública eventualmente fosse esgotada, a negociação directa poder ser tomada, após deliberação de Câmara, pelo Sr. Presidente da Câmara o qual tinha demonstrado alguma incoerência política, porque tinha sido crítico enquanto tinha estado na oposição. Mas que tinha sido crítico mais propriamente na questão do pinhal da Gândara, não propriamente ao golfe e que não se vislumbra, na sua perspectiva, uma situação em que o Presidente da Câmara fosse negociar directamente com uma empresa porque disse defender outro tipo de actuações, nomeadamente o concurso público e hasta pública.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara relativamente ao abaixamento, avultado, que tinha sido feito; que, tinha havido estudos para tal facto e que gostaria de saber mais



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

concretamente em quê que se tinham fundamentado para ter chegado ao resultado. Que tinha também um comunicado da sede de candidatura do Sr. Dr. João Reigota, do mês de Setembro, onde tinha referido que tinha sido aprovado um regulamento, para venda de matas da Gândara de Portomar, num negócio directo entre o Presidente da Câmara e os Particulares, para fins de especulação imobiliária; que, o Sr. Presidente no referido projecto de regulamento, nos mesmos termos, tinha dito que poderia haver negociação directa com os eventuais interessados na compra, após deliberação camarária e, como tal, gostaria de saber qual o motivo da sua mudança de atitude para o caso do Golfe. ---

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Cravo Roxo para dizer que apesar do campo de golfe ter estado previsto para uma localização diferente da de agora, não gostaria que fosse esquecido o que tinha sido dito, numa reunião de há quatro anos, que o Ministério do Ambiente daria contrapartidas financeiras importantes para o município e que na altura certa as fizesse valer. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para se reportar ao programa da hasta pública, nos critérios de apreciação e classificação das propostas, no ponto 23.1, para relativamente à cláusula e), que dizia “experiência na realização e exploração de empreendimentos turísticos ou campos de golfe”, dizer que a ponderação de 5%, na sua opinião, poderia ter sido equacionada porque, um empreendimento desta natureza e um projecto desta envergadura teria de ter promotores com alguma capacidade de realizar eventos para que fosse dada uma certa continuidade, para bem do Concelho, caso contrário podia estar-se a hipotecar o futuro, vendendo o terreno sem vir a ter um grande empreendimento. Para terminar disse que na sua opinião, com o tempo, todas as pessoas vão evoluindo e se em tempos tinham tido uma determinada posição, no futuro poderão





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

vir a ter outra diferente; que, era uma questão de adequar as coisas às situações porque ninguém era imutável.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que o golfe seria um empreendimento vital para o desenvolvimento turístico do Concelho e por este motivo não devia haver só a preocupação do encaixe financeiro, que não deixa de ser vital para autarquia, mas que houvesse também uma tentativa de acautelar os interesses da autarquia em termos de mais valias futuras; que, mais importante do que haver um potencial comprador, era encontrar alguém ligado ao sector porque, um campo de golfe isolado se não estiver ligado a um grande grupo com experiência, não terá grande perspectiva de futuro. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que a propriedade plena o tinha levado a supor que seria eterno o campo de golfe, no sitio onde iria ser feito e que gostaria que a posse plena tivesse alguns condicionamentos relativamente àquilo que, no futuro, pudesse vir a acontecer. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Prof. Doutor Fernando Regateiro que, invocando a qualidade de deputado começou por dizer que gostaria de expressar o significado que tinha atribuído a um empreendimento de tal ordem, mas também expressar a sua preocupação sobre a sua viabilidade de uma forma isolada; que, ou havia a sua integração no circuito e a associação local a outras iniciativas turísticas, nomeadamente hoteleiras, de diversão e atracção durante o ano ou pelo menos num período longo no ano, caso contrário, na sua perspectiva e de acordo com conversas que tem tido com investidores na área, seria um empreendimento sem viabilização económica e financeira; que, os montantes eram grandes, os custos de manutenção elevadíssimos e ou havia uma integração no tal circuito e apoios locais diversificados a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

nível turístico ou como iniciativa única o sucesso seria muito limitado; que, na sua opinião o factor de ponderação que estava atribuído para a experiência no campo deveria ter sido muito mais valorizado; que, ainda que o encaixe financeiro não fosse sequer, o encaixe financeiro que se esperava, seria preferível ter um bom investidor, inserido num circuito que garantisse a sustentabilidade do projecto e dos empregos que iriam ser criados.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que na sua opinião o preço do terreno poderia ter uma valorização de 40% e a experiência 20% e que sugeria até que a proposta fosse a Reunião de Câmara.-----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota e começando pela intervenção do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro disse que agradecia a forma sustentada, séria e directa como tinha abordado a questão e que tinha concordado plenamente com aquilo que tinha dito. Sem ter posto em causa a legitimidade de cada um de intervir, desgostou-o quando tinha visto, à volta de um assunto como este, numa Assembleia Municipal, longe de campanhas eleitorais terem entrado em questões político - partidárias; que, a maior parte dos elementos que tinham estado a ser postos em causa, eram elementos que já estavam definidos em anos anteriores; que, tinha havido alterações em apenas dois ou três pontos, nomeadamente o abaixamento do preço. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António disse que a perfeição nunca iria ser conseguida mesmo que fossem mudados um ou dois pontos como tinha referido, correndo o risco de passarem mais oito ou dez anos sem a questão estar resolvida e que, havia necessidade de abraçar esta causa sem politiquices. Quanto à intervenção do Sr. Deputado Eng.º Cravo Roxo disse que nas suas questões tinha estado simplesmente a julgar o mandato de há quatro anos atrás, quando tinha perdido



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

as eleições, mas que, nem ele, nem o povo de Mira se recordava do que tinha sido falado e que não lhe tinha parecido que este tipo de questões fossem importantes para um assunto tão sério e importante como o que tinha estado a ser discutido. Para responder à intervenção do Sr. Deputado Dr. Raul pediu ao Dr. Ângelo Lopes para que desse uma explicação sucinta em termos técnicos relativamente ao golfe. No tocante ao outro assunto que tinha sido abordado pelo Sr. Deputado disse que não iria responder ao exhibir, embora legítimo, de uma folha de campanha eleitoral. -----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que se tinha sentido visado na resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara; que, era totalmente favorável ao golfe e a que a questão fosse resolvida o mais rápido e melhor possível mas como o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que as questões que tinham sido alteradas, nomeadamente o abaixamento do preço, tinham sido discutidas entre todos, apenas queria que elas fossem discutidas também com todos os Deputados e não apenas com os esclarecimentos do Dr. Ângelo Lopes. No tocante à expressão que tinha sido utilizada pelo Sr. Presidente sobre “ripar de um papel de campanha”, disse que se trata de um documento assinado pelo Sr. Presidente, em que tinha criticado uma posição do anterior Presidente da Câmara e que só tinha exibido o documento para que pudesse ser feita a comparação e para ver a incongruência de atitudes que por vezes são tomadas, a quente, durante as campanhas eleitorais. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para dizer que tinha estado a verificar e que de facto no ponto 2.4 do programa da hasta pública estavam salvaguardados os interesses do Município que era a reversão no caso de não cumprimento do adjudicatário. Quanto ao abaixamento da base de licitação, depois de ter ponderado disse que, tinha chegado à conclusão que se tiver um produto para vender e pedir 100 e



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

ninguém aparecer para comprar o produto, das duas uma, ou não o quer vender e continuava com o mesmo preço ou caso contrário teria de baixar o preço, pensa que tenha sido neste sentido que tenha havido um abaixamento do preço. -----

---- Usou da palavra o Dr. Ângelo Lopes para dizer que como era de conhecimento geral, o Campo de Golfe estava limitado a uma área de 120 ha dos quais 100 ha eram destinados à instalação da própria infra-estrutura Golfe e os restantes 20 ha à construção de uma aldeia ou de um empreendimento turístico associado, composto por habitação e um hotel e que estas características estavam todas na especificação da hasta publica; que, tinha havido um valor anteriormente estipulado, para o qual, apesar das buscas em arquivo, não tinha sido possível encontrar justificação, logo tiveram que partir para uma necessidade de justificação; que, 100 ha para o Campo de Golfe representavam um milhão de m<sup>2</sup> destinados única e exclusivamente a fazer “greens” e 1% desta área ou seja, dez mil m<sup>2</sup> destinada a infra-estruturas de apoio; que, tinha sido atribuído um valor de 2€m<sup>2</sup> ao terreno que não era construtível o qual tinha dado a módica quantia de 1.980.000,00€ e que aos dez mil m<sup>2</sup> destinados a equipamentos, como tinham a mais valia construtiva e como não eram para usufruto construtivo para alienação futura ou seja, equipamento de usufruto cujo valor era 5€m<sup>2</sup> que daria a quantia de 50.000,00€, que, relativamente aos 100 ha tinha-se um valor de base de 2.030.000,00€ No tocante aos 20 ha, onde era permitido o “grosso” da construção disse que como existiam critérios de construção definidos já não tinham ido para a área total do próprio terreno, mas sim para a avaliação específica de construção; que, a Câmara relativamente há pouco tempo tinha adquirido terrenos para construção a 10€m<sup>2</sup> e que se a Câmara tinha comprado ao proprietário privado a este preço tinha sido o mesmo preço que serviu de base para fazer o seguinte raciocínio: se 80 moradias, que era a quantidade que estava



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

prevista para a área, com 400 m<sup>2</sup> cada, fazia um total de 32.000 m<sup>2</sup> (área de construção) a 10,00€/m<sup>2</sup> dava um total de 320.000,00€; que, um hotel com polígono de base de 2.000 m<sup>2</sup> em que possibilita o r/c + 2 dava 6.000 m<sup>2</sup> a 10,00€o m<sup>2</sup> dava um total de 60.000,00€ Contudo, referiu que apenas tinham estado a tentar encontrar um valor de base, sem avaliar a totalidade; que, somando as duas parcelas, dos 100 ha com os 20 ha, dava um total de 2.410.000,00€o qual tinha sido arredondado para 2.500.000,00€uma vez que não tinha sido tudo contabilizado, nomeadamente caves etc.; que, tinha sido este o estudo feito para chegar a um valor e que se pegassem na área total e no valor que tinha sido atribuído de base daria um preço médio de 0,48€/m<sup>2</sup> que, tinha sido obtido tendo em conta valores de mercado, ao preço do Município de Mira, sem ter contabilizado que se tratava de um empreendimento turístico porque, se tivesse tido isso em conta o preço provavelmente iria subir alguns valores. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que não tinha estado a falar de cor, que estava escrito numa acta de uma Reunião de Câmara Extraordinária convocada pelo Sr. Presidente. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que a sua intervenção tinha sido apenas no sentido de contribuir para a salvaguarda de alguns interesses e não como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara uma questão político - partidária.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que com tudo aquilo que tem sido dito, até parecia que, com as últimas eleições, não tinham mudado apenas os políticos mas também os técnicos. Relativamente à questão do Intermarché, tinham ouvido as explicações de uma técnica e as tinham aceite, embora algo diferentes daquilo que tinham sido anteriormente; que, depois de ter ouvido a explicação, muito bem dada do Dr. Ângelo que já anteriormente era técnico que, também as tinha aceite mas que não



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

tinha deixado, contudo, de se interrogar do porquê estes mesmos técnicos que tinham feito parte também do anterior executivo, não tinham feito isto antes e não tinham dado estas explicações. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Prof. Doutor Fernando Regateiro que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito por uma questão de princípio que não se identificava com a negociação directa mas que, gostaria de acrescentar que nestas condições se o concurso ficasse deserto, não viria nunca mal ao mundo se escolhesse um ou dois investidores bons do mercado, e que fosse negociado com eles porque a negociação directa não iria tirar transparência ao processo, pelo contrário, se acontecesse uma situação deste tipo devia-se negociar para apressar o processo porque, se não poder-se-á ter que voltar ao ponto zero e o Dr. Ângelo teria que refazer novamente os cálculos; que, a qualidade dos praticantes, em termos de capacidade financeira, iriam para lugares de elite, não viriam para Mira se não fossem criadas condições e ambiente; que, respeitava a opinião e a dificuldade de adaptação à negociação directa porque, a esta muitas vezes estava associada menos transparência mas que, se era um recurso permitido por lei, não devia ser desprezado à partida e por princípio. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que não estava contra a negociação directa e que seria o razoável nestas situações. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que na sua última intervenção tinha tentado separar a discussão do golfe daquilo que eram os aspectos laterais à discussão, desde logo, a discussão política que tinha estado bem patente no presente debate; que, com todo o respeito pela Assembleia e com todo o respeito pelo Sr. Deputado Eng.º Cravo Roxo, disse que do Sr. Deputado nunca se iria



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

rir, mas para ele iria rir quantas vezes quiseser porque há muitos anos que eram conhecidos, da mesma terra e que naturalmente o seu riso para o Sr. Deputado nunca iria ser qualquer sinal de desrespeito. Quanto às intervenções do Dr. Raul de Almeida disse que tinham ficado bem patentes, que tinha tentado politizar a situação revendo as posições politicas das últimas campanhas eleitorais; que, tinha já explicado que no tocante à questão da negociação directa, introduzida pelo anterior Presidente nunca tinha defendido nem defendia a negociação directa, mantendo-a como última alternativa e que na intervenção do Dr. Ângelo, que tinha estado como técnico e não como representação politica, tinha ficado bem claro que não tinha havia justificação para os valores que existiam anteriormente e provavelmente por este motivo as hastas públicas tinham ficado desertas e o projecto nunca tinha andado para a frente; que, a sua posição e a posição da Câmara tinha sido mexer apenas em dois ou três pontos de todo um processo que vinha de trás e que as questões que tiveram a ser levantadas visavam apenas tentar desnortear o executivo no seu trabalho, na sua seriedade política relativamente a questões importantes como a do golfe e outras que estavam agendadas para a Assembleia Municipal.-----

---- Interveio o Sr. Deputado e primeiro secretário da Mesa da Assembleia, Eng.º Calisto Coquim para dizer que tinham havido propostas de alteração, relativamente à pesagem dos critérios de avaliação o que implicava que o documento tivesse que voltar à aprovação da Câmara ou se a proposta se mantivesse exactamente como tinha sido apresentada poder-se-ia passar à sua votação. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a proposta se mantinha inalterável.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido aprovado por maioria com um voto contra do Deputado Eng.º Cravo Roxo, oito abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e do Deputado Prof. Doutor Fernando Regateiro e doze votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e do Deputado Carlos Milheirão. -----

---- Nesta altura, eram cerca de 17:30 horas, ausentou-se da sessão o Deputado Sr. Prof.º Luís Lourenço.-----

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que tinha votado anteriormente contra o Golfe e que só acreditava no Golfe quando houvesse um projecto de impacto ambiental, embora saiba que era impensável apesar de existirem Campos de golfe que tinham Etars; que, o facto de ter votado a favor nesta proposta, podia parecer incoerência mas que não queria ter inviabilizado o que o Sr. Presidente da Câmara e a Assembleia acharam que seria interesse para o Concelho. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que a sua declaração de voto era pessoal mas também em nome da bancada e para dizer que se tinham abtido porque queriam ter viabilizado o projecto que pensam ser vital para o Concelho; que, tinham havido algumas alterações e sugestões com as quais o Concelho teria ficado mais salvaguardado. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Cravo Roxo para dizer que tinha votado contra porque tinha feito ver a sua indignação da propriedade ser plena e que nada tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara e também porque não gostaria de ver um “Cooperativa II”.-----

---- **PONTO QUATRO: “Emissão de declaração de utilidade pública da empreitada de execução da Variante de Mira – Ligação da E.N – 109 à E.N. 334 –**





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

**2ª. Fase, nos termos previstos na alínea q) do nº. 1, do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----**

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota que começou por dizer e explicar que se tratava da 2ª. Fase da Variante à 109 para a Praia de Mira; que, tinha ficado surpreendido quando tinha recebido correspondência neste sentido, porque julgava o assunto já resolvido; que, tinha telefonado imediatamente para o Eng.º Santinho Horta o qual lhe tinha dito que não era motivo para preocupação uma vez que tratava-se apenas da Câmara e da Assembleia declararem o interesse de utilidade pública que já deveria ter sido feito, porque o trajecto atravessava alguns terrenos da REN; que, esperava que fosse a última questão levantada relativamente à variante que já deveria estar construída há muito tempo, da qual ainda só agora estava a ser aprovado o interesse público. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António e em nome da bancada do Partido Social Democrata para dizer que apenas se trata de um instrumento processual e por este motivo estariam em condições de votar.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

---- **PONTO CINCO: “Autorização para celebração de protocolos de delegação de competências a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito do artº. 66.º da Lei n.º 169/99, de 19 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----**

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a proposta estava relacionada com a coordenação que pretendiam continuar a fazer com as Juntas de Freguesia, definir questões de planificação para utilizar os 100.000,00€ que, estavam no plano para investimento; que, tinha sido neste sentido que foram elaborados os protocolos que, na



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

sua opinião, tinham ficado muito bem enquadrados, em termos jurídicos, com uma boa apresentação; que, gostaria de fazer muito mais do que aquilo que era possível mas assim as Juntas tinham ficado já a contar com aquilo que teriam a nível do investimento, não querendo ter dito com isto que, a Câmara Municipal não possa, sempre que o entender, apoiar pedidos especiais; que, todos os contactos com os Srs. Presidentes das Juntas tinham sido pacíficos tendo chegado a um consenso. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que em nome da bancada do Partido Social Democrata não tinham nada a opor.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.** -----

---- **PONTO SEIS: “Aprovação, nos termos do artº. 79.º Do D.L. nº.380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção, da alteração do Plano Director Municipal sujeita a regime simplificado.”**-----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a alteração feita tinha sido apenas suprimir a palavra, na página 2 da proposta, “unifamiliar”. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que em nome da bancada não tinham nada a opor mas que gostaria que o Dr. Ângelo desse um pequeno esclarecimento para que em termos práticos pudessem ficar esclarecidos e que, relativamente aos afastamentos gostaria também de saber qual o ponto da situação do processo. -----

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a questão dos afastamentos era uma questão complicada que estava a ser estudada e que na devida altura os órgãos Municipais seriam informados. -----

---- Usou da palavra o Sr. Dr. Ângelo para dizer que em primeiro lugar seria necessário esclarecer a Assembleia relativamente às várias alterações ao PDM que se tinham vindo a verificar; que, existiam duas formas de alterar os Planos: alterar a revisão do PDM,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

que tem 11 anos, e neste caso estava-se a alterar o plano na sua totalidade e que a lei permitia também alterar pequenas situações que na Gestão Urbanística eram detectadas diariamente e que se tratava de ajustes pontuais que depois de deliberação Municipal era remetida directamente à Direcção Geral do Ordenamento do Território para publicação e alteração automática. No tocante à proposta propriamente dita disse que a questão que tinha sido colocada relativamente à palavra “unifamiliar” tinha sido que significava uma família, um fogo; que, havendo a possibilidade de numa zona de r/c+1 poder ser feito a chamada propriedade horizontal estava a colocar alguns entraves e existiam também situações de licenciamento com o referido requisito bem como, com o requisito de comércio no r/c; que, tinha sido colocada a situação à CCDRC a qual tinha entendido que a redacção permitia automaticamente que a Câmara sanasse o problema. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

---- **PONTO SETE: “Nomeação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ou de quem legalmente o representante nas suas faltas e impedimentos e eleição de um membro de cada grupo municipal para integrar a Comissão de Análise de Candidaturas para atribuição dos lotes da Videira Norte.” -----**

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que não tinham compreendido porquê que lhes tinha sido enviado o Regulamento que não tinha estado em discussão pública, tinha apenas sido aprovado em Assembleia Municipal em Setembro de 2001; que, existia também um Regulamento de 2004 que tinha estado em discussão pública mas que não tinha sido aprovado em Assembleia; que, toda a bancada do Partido Social Democrata era a favor que se avançasse quanto antes para a habitação social mas que existiam questões legais que gostariam que fossem esclarecidas, porque achava que a discussão pública era um passo fundamental nos Regulamentos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Municipais, em que iriam ser atribuídas habitações ou terrenos a custos controlados; que, tinha havido uma discussão pública e que gostaria de saber se tinha havido propostas durante a discussão e se tinham sido tidas em discussão; que, não tinham compreendido porque que lhes tinha sido enviado o Regulamento uma vez que não estava em discussão nem em aprovação. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que no Regulamento ainda existiam valores em escudos e que alguns requisitos não lhe tinham parecido muito correcto, nomeadamente no ponto 17 e 18, depois de ter aplicado a fórmula matemática tinha verificado que se estava a posicionar num patamar demasiado elevado de rendimentos fazendo com que se estivesse a abrir a porta a todas as pessoas menos a famílias carenciadas; que, depois de ter feito a aplicação matemática da fórmula tinha verificado que dava 26.950,00€ano ou seja estavam a ser abertas as portas a pessoas com salários mensais na ordem de 1.900,00€que, na sua opinião isto não se tratava de pessoas carenciadas; que gostaria de saber se tinham tido isto em consideração ou se tinha sido um lapso. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que tinha feito parte da comissão de análise do referido Regulamento e que tinha sido dito pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, à altura, que o regulamento não servia por falta de consulta pública e que gostaria de saber que validade teria agora o regulamento uma vez que os valores ainda estavam em escudos.-----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof.º Doutor Fernando Regateiro para pedir aos Srs. Deputados para se restringirem ao ponto da ordem e não a outros; que, se os pontos fossem relevantes poderiam mandar a Câmara para que o regulamento interno fosse revisto mas que, não era o assunto do ponto em



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

causa que estava a ser discutido mas sim o do regulamento que não estava em causa naquele ponto.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para questionar se a comissão a ser eleita, se seria com base naquele Regulamento; que, também tinha feito parte da comissão de análise a qual tinha sido extinta porque, a Câmara tinha ficado de apresentar um outro Regulamento e que gostaria de saber se de facto o regulamento era válido ou se tinha validade jurídica.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que de facto o ponto em causa tratava de uma nomeação mas que, questionava se não estariam a partir de uma permissa errada.-----

---- Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Prof. Doutor Fernando Regateiro para sugerir que o ponto fosse retirado e que fosse repostos numa próxima oportunidade.

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que, não podia deixar de estar de acordo com o colega de bancada quando tinha dito que existiam irregularidades no regulamento; que, ainda não tinha sido aprovado, que tinha um valor em escudos totalmente descabido e que não se poderia estar a nomear uma comissão, estando o Regulamento ferido de algumas irregularidades.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que gostaria de ouvir a opinião do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto.-----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Maria Reigota para dizer que, tinha existido à volta deste assunto muitas contradições; que, aquilo que a Dr.<sup>a</sup> Cármen Santos lhe tinha dito, enquanto Chefe de Divisão da Autarquia e o que tinha sido dito e debatido na Reunião do Executivo não tinha sido nada daquilo que estava ali a ser dito; que, tinha tido informações no sentido que, o Regulamento de 2001 era



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

aquele que tinha reunido condições para poder ser publicado e produzir eficácia jurídica externa uma vez que, apesar da não existência de inquérito público, tal não era obrigatório nos termos dos art.º 117.º e 118.º do CPA; que tinha sido com base neste Regulamento que tinham sido apresentadas e instruídas candidaturas à Videira Norte, candidaturas essas que seriam aproveitáveis, bem como todos os passos subsequentes do referido processo; que, tendo em conta o Princípio do Aproveitamento dos Actos Administrativos Praticados, apenas restava efectuar a publicação no Diário da República, do Regulamento, para que o assunto ficasse resolvido para bem do Concelho e em particular para os habitantes da Freguesia da Praia de Mira; que, tinha sido aquilo que a Chefe de Divisão tinha dito, tanto na Reunião de Câmara bem como nas informações que tinha dado ao executivo e que tinham acreditado e acreditavam em quem servia as Autarquias. Relativamente aos valores terem sido apresentados ainda em escudos achava que não tinha sido nenhuma irregularidade e que em relação ao preço, se fosse necessário, os técnicos poderiam esclarecer melhor os Srs. Deputados. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que os valores tinham sido alterados e aprovados pela Assembleia Municipal; que, neste Regulamento os valores não coincidiam com os valores do Regulamento que tinha sido aprovado e que, os valores ao serem alterados tinham que ter a concordância da Assembleia Municipal e que naquele momento não o tinham. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que respeitava e conhecia a opinião da Dr.ª Cármen Santos, como jurista, relativamente a ir ou não a discussão pública; que, tendo em conta a matéria em causa, interesses e valores, se existissem pessoas que não concordavam e que estivessem interessados poderiam reclamar, era para isso que servia o período de discussão pública. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que segundo aquilo que se lembrava não tinham havido alterações; que tinha sido o presente regulamento que tinha servido para as obras que já tinham sido feitas; que, tinha sido aprovado em 2001 e por este motivo só tinha que estar em escudos e não em euros. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que aquilo que tinha permitido as obras tinha sido o Regulamento do PDM em Setembro de 2001 e que nesta data as obras já estavam prontas; que, não estava em discussão as obras mas sim o regulamento de atribuição de lotes. -----

---- Interveio novamente o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que não tinha posto em causa aquilo a que o Sr. Deputado Raul se tinha referido, que provavelmente não se tinha feito entender; que, o que tinha dito, tinha sido que havia necessidade do Regulamento para justificar as obras feitas. -----

---- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Maria Reigota para, tal como o Sr. Deputado Dr. Raul, dizer que não queria nenhuma querela jurídica e como tal iria seguir aquilo que a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira tinha proferido na Reunião de Câmara de 10 de Janeiro de 2006 na qual constava o seguinte: -----

---- *“Autorizada a intervir, usou da palavra a Chefe da D.A.F., Dr.ª. Cármen Santos referindo que o processo da Videira Norte tinha-lhe sido dado a conhecer, salvo erro, em Abril ou Maio de 2004, explicou que da análise do regulamento foi constatado designadamente, que o mesmo não tinha sido submetido a discussão pública e não tinha sido publicado no Diário da República, não tinha por isso eficácia externa. -----*

---- *Mais explicou que os terrenos objecto do projecto da habitação social, não estavam registados na Conservatória do Registo Predial, contudo, esse regulamento aprovado pela Câmara Municipal em de 26/06/01 e em sessão da Assembleia*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

*Municipal de 09/07/01, foi o fundamento para a apresentação das candidaturas aos lotes da Videira Norte, tendo-se procurado resolver todas as questões pendentes. -----*

*---- Assim e dado que os documentos que instruíam as candidaturas já apresentadas em 2001, tinham de ser actualizados e dado que anterior executivo pretendia manter as candidaturas, foram dadas instruções, à época, para se manterem as candidaturas; foram ainda efectuadas algumas alterações, nomeadamente, tinha sido mexida a estrutura, e os capítulos, tendo por isso sido submetido a discussão pública, mas na essência, era exactamente igual ao regulamento hoje ali apresentado, uma vez que as candidaturas tinham que ser salvaguardadas. -----*

*---- Esclareceu ainda que, o que faltava e era determinante era a publicação, pois a mesma conferia eficácia externa ao regulamento, em simultâneo, com a discussão pública do citado, decorreu em Setembro de 2004, um processo de outorga de uma escritura pública de justificação notarial, necessária para o registo dos terrenos, em nome do Município de Mira, ora a citada escritura pública, foi impugnada judicialmente em 1 de Outubro de 2004, tendo todo o processo ficado parado. -----*

*---- Disse ainda, que entretanto, o novo executivo tinha tomado posse e tinha decidido dar seguimento ao processo, daí que se tivesse partido do regulamento antigo, se tivesse mantido a sua essência e seria agora submetido a publicação, ao mesmo tempo que se solicitava documentação actualizada e se procedia à nomeação dos elementos que integram a Comissão de Análise de Candidaturas; que, a única coisa que diferia do anterior projecto, era a composição do júri, havendo uma diferença não existindo o elemento da Praia, constando agora um elemento da Praia, mas na essência, tinha que ser assim, ou teria o executivo de revogar todos os passos dados anteriormente, inclusive a apresentação das candidaturas e que as mesmas não tinham validade a*





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

*menos que, superiormente, fosse determinado de outra maneira mas isso seria perder tudo o que até à data tinha sido feito.” -----*

---- Que, perante esta informação a Câmara acreditava em tudo o que nela constava e que propunha à aprovação da Assembleia. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que tinha sido colocada pelo actual Presidente da Junta de Freguesia, a questão de ser só para os residentes e para os naturais da Praia de Mira e que lhe tinha sido dito que a questão sofria de alguma inconstitucionalidade; que, tem acontecido com alguma frequência, as mesmas pessoas, a ter pareceres diferentes conforme as pessoas que estão por trás; que, o Dr. João Reigota tinha tomado uma decisão consubstanciada num parecer de um técnico que, à mesma Assembleia tinha dado um parecer contraditório ao que estava na presente reunião; que, lamentavelmente, estava a dar uma informação de alguém que não estava presente e que não se podia defender. Relativamente aos valores, disse que gostaria de ouvir uma explicação de um técnico para poder mais esclarecidamente fazer a sua opção. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul para dizer que se havia uma pessoa que bastante respeita e admira e que tem bastantes conhecimentos técnico-jurídicos era a Dr.<sup>a</sup> Cármen Santos mas que neste caso concreto discordava totalmente da sua opinião; que, como jurista, podia ter uma opinião diferente da dela e que se estivesse presente tinha discutido abertamente o problema com ela; que, na mesma acta existe também uma intervenção da Vereadora Lurdes Mesquita que tinha feito uma declaração que seria importante que tivesse sido lida porque em determinado ponto disse que se tinha sentido enganada. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que os terrenos tinham sido desafectados do regime florestal para construção de habitações de famílias carenciadas da Praia de Mira; que, a Câmara terá pedido parecer à CCDRC e que lhes tinha sido transmitido que teria de ser alargada a toda a área do Município e que, mais uma vez, gostaria de deixar em acta o seu desacordo. Quanto aos rendimentos dos candidatos disse que existiam muitas famílias de pescadores que trabalhavam à percentagem; que tinha um caso concreto de uma pessoa que, em anos anteriores, tinha estado sem trabalhar e que, logo por azar, no ano em que tinha que apresentar o IRS para a candidatura, tinha ganho muito dinheiro e por este motivo não pôde ser candidato; que, deveria o regulamento atender também aos casos das pessoas que ganhassem à percentagem. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que a questão levantado pelo Sr. Deputado Carlos Milheirão lhe tinha parecido ser de relevância suficiente para ser objecto de alguma ponderação; que, quando um cidadão tem um vencimento irregular e apenas lhe era considerado um ano, ao acaso, e não uma média de três ou quatro anos para ser visto qual o “incoming” da família, na sua opinião, estavam a ser muito discricionários e com isto poderiam cometer algumas injustiças; que, naquele momento não tinha uma proposta de solução mas uma preocupação que se juntava à preocupação de todos; que, os montantes lhe pareceram um pouco elevados mas que eram critérios técnicos que poderiam excluir algumas pessoas, atendendo também aos juros que actualmente são baixos mas que poderiam vir a subir e apanhar pessoas sem capacidade de resposta. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal que disse ser muito sensível a tudo o que tinha acabado de ouvir da parte do Sr. Presidente da Assembleia e dos Srs.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Deputados, contudo, questionou se toda esta preocupação não estaria a entravar, ainda mais, aquilo que todos queriam, chegar ao fim do processo; que, as explicações da Dr.<sup>a</sup> Cármen Santos tinham sido claras e que teria de tomar decisões na base das mesmas, com todo o respeito pelo Sr. Deputado e Jurista Dr. Raul de Almeida. Que, se depois das explicações que iriam ser dadas pelo Dr. Ângelo ficasse provado que teriam de fazer uma ponderação, retiraria o ponto, caso contrário não seria retirado. -----

---- Interveio o Sr. Dr. Ângelo que começou por fazer um historial de todo o processo para que, algumas pessoas que já lá tinham estado, recordassem os passos que tinham sido dados e para as pessoas que estavam de novo pudessem ver o encadear de toda a situação. Começando pela primeira fase cuja designação era “Plano de Pormenor do Sector Poente Carromeu” disse que tinha sido nesta fase que a Câmara tinha feito o primeiro teste ao Regulamento onde o preço era 500 escudos o m<sup>2</sup>; que, tinham sido seguidas as mesmas permissas para o “Plano Pormenor da Videira Norte” com duas especificidades totalmente diferentes: uma construção de moradias isoladas a “custos controlados” e a existência de seis blocos de habitação para o qual tinha sido aberto, na altura, um concurso, para construção da habitação Social, propriamente definida; que, tinha muitas vezes discutido com o então Vereador Dr. Agostinho, responsável pela área, na altura, como é que poderiam dar um lote de construção a uma pessoa se a mesma não tinha capacidade financeira para construir e que para esta questão o PDM previa duas hipóteses: construção de apartamentos, por uma empresa que, iria vender por exemplo, os T3 a 12.000 contos, sendo a habitação financiada com o INH e que as pessoas que não cabiam dentro daqueles critérios financeiros nomeadamente sem capacidade construtiva e de endividamento seriam canalizadas para outro sector. A segunda hipótese era a construção da moradia em que, quem tinha mais capacidade



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

financeira poderia pagar um pouco mais e daqui tinha surgido a diferença de preço/m<sup>2</sup> em função dos rendimentos. Que as infra-estruturas da Videira Norte tinham sido muito mais caras e com outras mais-valias que Carromeu não tinha, nomeadamente uma infra-estrutura de gás completa, em que tinha sido calculado o preço das infra-estruturas de Carromeu, o qual tinha dado 500 escudos/m<sup>2</sup>; que, o Regulamento da Videira Norte tinha sido testado com os critérios de Carromeu, a única coisa que tinha variado tinham sido os patamares máximos de rendimento das pessoas porque existia uma outra especificidade de apartamento que não existiam em Carromeu, 120 apartamentos previstos para aquela área. Que à data fazia-se assim, à data tinha sido feito assim, tinha sido aprovado na Assembleia e que tinha sido testado em Carromeu, com a prova que as pessoas estavam lá a morar. No tocante à questão de residentes ou não da Praia de Mira disse que era uma falsa questão, o PDM dizia que seria só para habitantes da Praia de Mira e que o regulamento já não o poderia dizer, no entanto disse existir uma cláusula para quem fosse natural da Praia de Mira, que residia na Praia de Mira tinha um factor de ponderação de 25% cujas pessoas do resto do Concelho não tinham; que, tinha sido claro e objectivo que a ponderação seria aplicada só a cidadãos da Praia de Mira e que tinha sido dado o factor de ponderação de benefício a pessoas que estavam na zona de risco; que, a zona tinha sido desafectada do perímetro florestal para servir de transvase ao excesso de população que estava no Bairro Norte para que fossem para o interior; que, resumidamente eram candidatos todas as pessoas do Concelho, havendo critérios de ponderação, que tinham sido aprovados, que davam uma mais vantagem a quem residia na Praia de Mira porque, o objectivo do Plano era retirar pessoas do Litoral da Praia de Mira para o seu interior para que, a curto prazo, não tivessem o problema que já existe que era a erosão costeira; que, tinha sido esta a história do Plano Pormenor da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Videira Norte, cujo regulamento tinha sido testado em Carromeu com os resultados que lá estavam. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para questionar se o Diário da Republica iria publicar um regulamento em escudos ou que acertos iriam ser feitos e se a questão dos baldios já estava resolvida; que, na sua opinião os valores deveriam ser mudados de escudos para euros e que o número de lotes deveria ser omitido, pela experiência que tinham tido de Carromeu. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Filipe Barreto para dizer que tinha ficado esclarecido relativamente as questões colocadas da validade e da eleição dos dois membros; que, tinha pertencido também às comissões e que tinha havido uma reunião em 2 de Março de 2004 que tinha sido extinta automaticamente porque a Dr.<sup>a</sup> Cármen tinha dito que o regulamento não tinha validade jurídica. -----

---- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento ou intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando Regateiro solicitou ao Sr. Primeiro Secretário, Eng.º Calisto Coquim que o representasse na Comissão de Análise de Candidaturas do mesmo passo que solicitou a ratificação pela Assembleia Municipal.-----

---- O Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que apesar das dúvidas todas que tinham sido levantadas esperava que tivessem contribuído para a resolução do problema. Terminou indicando o Sr. Deputado Pedro Nunes.-----

---- Como elemento único do MEL, interveio o Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão para dizer que se autopropunha, enquanto representante de uma bancada parlamentar e que propunha como sua representante a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Graça Santos Domingues. ---



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que tinha algumas dúvidas se seria possível a proposta do Sr. Deputado Carlos Milheirão, mas que tinha sido com todo o agrado que recebia a Sr.ª Dr.ª Maria da Graça na comissão. Terminou propondo o Sr. João Maria Nogueira. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que os nomes que tinham sido propostos tinham merecido a concordância da Assembleia e que a comissão seria formada pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim, como membro da Mesa na Comissão; o Sr. João Maria Nogueira como representante do Partido Socialista; Sr. Pedro Nunes como representante do Partido Social Democrata e o Sr. Carlos Milheirão como representante do MEL e nas suas faltas e impedimentos a Sr.ª Dr.ª Maria da Graça. ----

---- **PONTO OITO: “ Designação de um representante da Assembleia Municipal para integração do Conselho Consultivo do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais.”** -----

---- Usou da Palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para dizer que tinham sido registadas duas propostas, a Sr.ª Deputada Prof. Maria Elzita, proposta pela Bancada do Partido Socialista e o Sr. Manuel Inocêncio pela Bancada do Partido Social Democrata.-----

---- O Sr. Manuel Inocêncio usou da palavra para dizer que prescindia da sua nomeação. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou mais uma vez da palavra para dizer que segundo a intervenção do Sr. Deputado Manuel Inocêncio tinha ficado apenas a Sr. Deputada Prof. Maria Elzita.-----

---- Seguiu-se a votação, por escrutínio secreto tendo sido **aprovado por unanimidade** a designação da Deputada Prof.ª Maria Elzita Seixas para integração no



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

Conselho Consultivo do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro –  
Rovisco Pais, na qualidade de representante da Assembleia Municipal. -----

---- **PONTO NOVE: “Eleição do representante das Juntas de freguesia do  
Concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos  
termos da alínea b), do nº. 1, do artº. 5º. Da Lei nº. 14/2004, de 08 de Maio.” -----**

---- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que tinha sido  
proposto, pelas bancadas, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Sr. António  
Cardoso Alberto.-----

---- Seguiu-se a votação, por escrutínio secreto tendo sido **aprovado por  
unanimidade** a eleição do Sr. António Cardoso Alberto para representante das Juntas  
de Freguesia do Concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra  
Incêndios.-----

---- **PONTO DEZ: “Designação de um representante da Assembleia Municipal  
para integração do Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo Crisóstomo de  
Cantanhede.”-----**

---- O Sr. Deputado Carlos Monteiro usou da palavra para dizer em nome da bancada  
do Partido Socialista propunha o Sr. Deputado Luís Filipe Cainé.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que a Bancada do Partido  
Social Democrata também propunha o mesmo candidato que a Bancada do Partido  
Socialista.-----

---- Seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto tendo sido **aprovado por  
maioria** com 20 votos a favor e um em branco, designando o Sr. Deputado Luís Filipe  
Cainé para integração no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo Crisóstomo de  
Cantanhede. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**.-----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou mais uma vez da palavra par dizer que tinha sido possível, naquela Assembleia Municipal, discutir de uma forma bastante aprofundada determinadas matérias; que, tinham ali estado presentes diferentes formas de ver mas que no momento certo tinham sabido decidir. Que também tinham havido manifestações que tinha considerado bonitas tais como terem-se juntado à volta de alguns candidatos para missões relevantes; que, são representantes de instituições às quais se recorre quando se está mal, doentes e fragilizados; que, lhes tinha permitido sair daquela Assembleia com um sentimento de muita alegria e como manifestação de uma capacidade muito clara de levar o Concelho para a frente.-----

---- O Dr. João Maria Reigota, Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para dizer que tinha registado com muito agrado as palavras do Sr. Presidente da Assembleia; agradeceu também à Assembleia a forma viva e pertinente como tinham colocado as questões ao executivo e um pedido de desculpa à Assembleia pelas eventuais faltas de entrega de documentos e das actas que estavam atrasadas mas que, se estava a trabalhar no sentido de corrigir este atraso.-----

---- Usou da palavra o Sr. Deputado Narciso Patrão para pedir que as Assembleias passassem a ter menos duração e com menos pontos para discutir o que permitiria que os pontos fossem discutidos com mais profundidade e que o facto de por vezes estarem em desacordo não implicava que as coisas não andassem para a frente, independentemente das cores politicas de cada um; que, o Concelho era de todos e todos deviam trabalhar por ele.-----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
CÂMARA MUNICIPAL

---- **ENCERRAMENTO:** -----

---- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

---

---

---